



PREFEITURA MUNICIPAL DE PEDRA DO INDAIÁ/MG



EDITAL DE PREGÃO

PROCESSO Nº: **0012/2021**

EDITAL Nº: **005/2021**

MODALIDADE: **Pregão**

O Município de Pedra do Indaiá, situada à Avenida Primeiro de Março, nº. 891, Bairro Centro em Pedra do Indaiá – MG, mediante o Pregoeira e Equipe de Apoio, designado pela Portaria **038/2021** torna público que fará realizar licitação, na modalidade PREGÃO PRESENCIAL, a fim de selecionar propostas para REGISTRO DE PREÇOS no **Menor Preço - Item**, que será regido pela Lei nº.10.520 de 17 de julho de 2002; pelo Decreto nº. 3.555 de 08 de agosto de 2000; e demais normas correlatas, aplicando-se subsidiariamente a Lei nº. 8.666, de 21 de junho de 1993, bem como o Decreto Municipal nº. 003 de 02 de Janeiro de 2009 (que instituiu o sistema Registro de Preços), conforme condições e especificações estabelecidas neste Edital e seus Anexos, de acordo com o que consta do Processo.

Os envelopes contendo as Propostas de Preços e os Documentos de Habilitação deverão ser entregues no local acima citado, até o **dia 14 de abril de 2021 às 13:00** horas, quando serão credenciados os representantes das empresas licitantes.

TIPO: Menor Preço - Item

I – DO OBJETO

O presente Pregão tem por objeto o registro de preço para futura e eventual prestação de serviços com máquinas e equipamentos conforme especificações e demais condições contidas no Termo de Referência, edital e seus anexos, de acordo com solicitação da Secretaria Municipal de Obras.

II - DO PRAZO DE CONTRATAÇÃO

O prazo para contratação dos serviços será de 12 (doze) meses, conforme minuta constante deste edital.

III - DA PARTICIPAÇÃO

3 - Poderão participar deste pregão as empresas:

3.1 - Estabelecidas no país, que satisfaçam as condições e disposições contidas neste edital e anexos.

3.2 - As licitantes deverão apresentar 2 (dois) envelopes devidamente fechados, contendo no envelope nº. 1,



PREFEITURA MUNICIPAL DE
PEDRA DO INDAIÁ/MG



sua proposta comercial conforme solicitada neste Edital, e no envelope n° 2 a documentação comprobatória de habilitação, sendo que, ambos deverão conter, na **parte externa, além da razão social, CNPJ, endereço e telefone**, os seguintes dizeres:

MUNICÍPIO DE PEDRA DO INDAIÁ – MG

ENVELOPE N° 1 – “PROPOSTA COMERCIAL”

PROCESSO LICITATÓRIO N° 0012/2021

PREGÃO PRESENCIAL N° 005/2021

RAZÃO SOCIAL: _____ **CNPJ:** _____

ENDEREÇO: _____ **TELEFONE:** _____

MUNICÍPIO DE PEDRA DO INDAIÁ – MG

ENVELOPE N°2 – “DOCUMENTAÇÃO”

PROCESSO LICITATÓRIO N° 0012/2021

PREGÃO PRESENCIAL N° 005/2021

RAZÃO SOCIAL: _____ **CNPJ:** _____

ENDEREÇO: _____ **TELEFONE:** _____

3.3 - Não será admitida nesta licitação a participação de empresas:

3.3.1 - Concordatárias ou em processo de falência, sob concurso de credores, em dissolução ou em liquidação;

3.3.2 - Que estejam com o direito de licitar e contratar com a Administração Pública suspensa ou por esta tenha sido declarada inidônea;

3.3.3 - Que estejam reunidas em consórcio e sejam controladas, coligadas ou subsidiárias entre si, ou ainda, qualquer que seja a sua forma de constituição;

3.3.4 - E estrangeiras que não funcionem no país.

IV - DA REPRESENTAÇÃO E DO CREDENCIAMENTO

4.1 – A empresa proponente deverá se apresentar para credenciamento junto ao pregoeiro através de um representante que, devidamente munido de documento que o credencie a participar deste procedimento licitatório, venha a responder por sua representada, devendo, ainda, no ato de credenciamento, identificar-se exibindo carteira de identidade ou outro documento equivalente.

4.2 - Aberta a sessão, os interessados e seus representantes deverão estar devidamente credenciados por



instrumento público de procuração (**ANEXO VI**), ou por instrumento particular com poderes para formular ofertas e lances de preços e praticar todos os demais atos pertinentes ao certame, em nome do proponente, e com a apresentação do Contrato Social da empresa com suas últimas alterações; e sendo sócio, dirigente ou assemelhado da empresa proponente, deverá apresentar o respectivo Estatuto ou Contrato Social com suas últimas alterações, no qual estejam expressos seus poderes e direitos para assumir obrigações decorrentes de tal investidura. O Contrato Social poderá ser apresentado em original, por qualquer processo de cópia autenticada por cartório competente ou autenticado pelo pregoeiro no ato da sessão. Se as alterações, em sua totalidade, tiverem sido consolidadas num só documento, devidamente registrado, bastará à apresentação da Alteração Contratual consolidada e em vigor.

4.3 - A licitante deve ainda apresentar uma declaração dando ciência de que cumpre plenamente os requisitos de habilitação e Declaração de Fatos impeditivos (**ANEXO III**), conforme preceitua o inciso VII, art. 4º da lei 10520/2002, sob pena de ser desclassificada no certame.

4.4 – Para efeito de aplicação da Lei Complementar nº.123/06 e suas alterações, os licitantes deverão apresentar declaração que estão enquadrados como microempresa ou empresa de pequeno porte, conforme modelo (**ANEXO II**).

V - PROPOSTA COMERCIAL – ENVELOPE N° 1

5.1 - A proposta deverá conter a especificação detalhada do objeto oferecido, rigorosamente de acordo com as exigências constantes deste edital e anexos, de forma clara e detalhada, não sendo admitido propostas alternativas, atendendo aos seguintes requisitos (**modelo anexo IV**):

a) ser apresentada em 01 (uma) via, impressa em papel timbrado da proponente ou no anexo que compõe este edital. Deve ser redigida com clareza, sem emendas, rasuras, acréscimos ou entrelinhas, datada, rubricada em todas as folhas e assinada a última folha por seu representante legal.

b) indicar nome ou razão social da proponente e CNPJ, o número deste pregão, o endereço completo da proponente, telefone, fax e endereço eletrônico - bem como o número de sua conta corrente, o nome do banco e a respectiva agência onde deseja receber os seus créditos.

c) ter validade não inferior a 60 (sessenta) dias corridos, contados a partir da data de sua apresentação. As propostas que omitirem o prazo de validade serão entendidas como válidas pelo período de 60 (sessenta) dias corridos.

d) conter preço unitário dos serviços ofertados, fixo e irrevogáveis, junto aos quais considerar-se-ão inclusas todas e quaisquer despesas incidentes sobre o objeto licitado (tributos, seguros, fretes, encargos de qualquer natureza), ser expressos em moeda corrente nacional, tanto em algarismos como por extenso, prevalecendo este valor sobre aquele em caso de divergência. **Valores com no máximo 2 (duas) casas decimais após a**



PREFEITURA MUNICIPAL DE PEDRA DO INDAIÁ/MG



virgula (centavos).

5.2 - A licitante somente poderá retirar sua proposta mediante requerimento escrito ao pregoeiro, antes da abertura do respectivo envelope, desde que caracterizado motivo justo decorrente de fato superveniente e aceito pelo pregoeiro.

5.3 - Os preços propostos serão de exclusiva responsabilidade da licitante, não lhe assistindo o direito de pleitear qualquer alteração dos mesmos, sob alegação de erro, omissão ou qualquer outro pretexto.

5.4 - A omissão de qualquer despesa necessária à perfeita realização do objeto deste será interpretada como não existente ou já incluída nos preços, não podendo a licitante pleitear acréscimo após a abertura das propostas.

5.5 - A participação no presente certame implica no reconhecimento e aceitação das cláusulas e condições nele contidas.

VI - DOS PRAZOS DO OBJETO DA LICITAÇÃO

6.1 – A Ata de Registro de Preço (**Anexo VII**), vigorará por 12 meses após sua assinatura.

VII – JULGAMENTO DAS PROPOSTAS

7.1 - Para o julgamento das propostas escritas, será considerado o **MENOR PREÇO UNITÁRIO**;

7.2 - No caso de se verificar empate entre duas ou mais propostas e estando superada a fase de lances verbais, a classificação será obtida mediante sorteio realizado no próprio ato, vedado qualquer outro tipo de procedimento.

7.3 - O pregoeiro examinará a aceitabilidade, quanto, ao objeto e valor apresentado pela primeira classificada, conforme definido neste edital, decidindo motivadamente a respeito.

7.4 - Sendo aceitável a oferta, será verificado o atendimento das condições habilitatórias pela licitante que tiver formulado, com base nos dados cadastrais, bem como documentação apresentada na própria sessão.

7.5 - Constatado o atendimento pleno às exigências editalícias, será declarada a proponente vencedora, sendo-lhe adjudicado o objeto deste edital, pelo pregoeiro.

7.6 - Não se considerará qualquer oferta de vantagem não prevista no objeto deste edital.

7.7 - Caso não se realizem lances verbais, será verificada a conformidade entre a proposta escrita de menor preço e o valor estimado para a contratação.

7.8 - As propostas enviadas via correio deverão conter os dois envelopes (propostas e documentação) acompanhados da apresentação da Declaração de Habilitação, Declaração de enquadramento como microempresa ou empresa de pequeno porte (quando for o caso), cópia do Contrato Social e alterações, em envelope separado.



VIII - DA DESCLASSIFICAÇÃO:

Serão desclassificadas:

- a) as propostas que não atenderem às exigências do ato convocatório deste edital;
- b) as propostas que apresentarem preços excessivos ou manifestamente inexeqüíveis;
- c) as propostas que não atenderem aos objetivos deste edital;
- d) A empresa que não tiver apresentado anteriormente a declaração citada no item IV sub-item 3

IX - DOS DOCUMENTOS PARA HABILITAÇÃO – (ENVELOPE Nº 2)

9.1 - O envelope nº 2 – DOCUMENTAÇÃO, deverá conter os seguintes documentos:

9.1.1 Relativos à Habilitação Jurídica:

- a) Registro empresarial, no caso de empresa individual;
- b) Ato constitutivo, estatuto ou contrato social em vigor, devidamente registrado, para as sociedades empresárias e, no caso de sociedades por ações, acompanhado dos documentos comprobatórios de eleição de seus administradores, caso não tenha apresentado no credenciamento;
- c) Registro do ato constitutivo, no caso de sociedades civis ou sociedades simples, acompanhada de prova da diretoria em exercício;
- d) Decreto de autorização, em se tratando de empresa ou sociedade estrangeira em funcionamento no País, e ato de registro ou autorização para funcionamento expedida pelo Órgão competente, quando a atividade assim o exigir.

9.1.2 Relativos à Habilitação Fiscal e trabalhista:

- a) Prova de inscrição no Cadastro Nacional de Pessoa Jurídica (CNPJ);
- b) Certidão de regularidade expedida pela Fazenda Municipal do domicílio ou sede do licitante;
- c) Prova de regularidade com a Fazenda Estadual.
- d) Prova de regularidade para com a Fazenda Federal e a Seguridade Social, mediante apresentação de Certidão Conjunta de Débitos Relativos a Tributos Federais e à Dívida Ativa da União, emitida pela Secretaria da Receita Federal do Brasil e Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional
- e) Certificado de Regularidade de Situação para com o Fundo de Garantia de Tempo de Serviço (FGTS).
- f) Prova de Regularidade Relativa Débitos Trabalhistas (CNDT)

9.1.3 Relativo à Qualificação Econômico-Financeira:

- a) Certidão negativa de falência ou concordata, expedida pelo distribuidor da sede da pessoa jurídica, emitida



PREFEITURA MUNICIPAL DE PEDRA DO INDAIÁ/MG



com data não anterior a 90 (noventa) dias da abertura deste certame.

9.1.4 Declaração de que não emprega menor de 18 anos em trabalho noturno, perigoso ou insalubre, Artigo 27 Inciso V da Lei 8.666 de 21/07/1993 acrescido pela Lei nº. 9.854 de 27 de outubro de 1999; devidamente assinado pelo representante legal (Anexo V)

9.2 - Os documentos necessários à habilitação poderão ser apresentados em original, por qualquer processo de cópia autenticada por cartório competente ou pelo pregoeiro, podendo ser consultados e emitidos pela INTERNET.

9.3 - O pregoeiro poderá no ato da abertura dos envelopes, a seu critério, aceitar documentos que complementem a comprovação de situação exigida para habilitação.

9.4 - As microempresas e empresas de pequeno porte deverão apresentar toda a documentação exigida para efeito da regularidade fiscal e trabalhista, mesmo que apresente alguma restrição.

9.5 - Havendo restrição na regularidade fiscal e trabalhista da microempresa e empresa de pequeno porte, será assegurado o prazo de 05 (cinco) dias úteis, cujo momento inicial corresponderá ao momento em que o proponente for declarado vencedor do certame, prorrogável por igual período, a critério da administração, para regularização, pagamento ou parcelamento do débito e emissão de eventuais certidões negativas ou positivas com efeito de negativa.

9.6 - Será inabilitado o licitante que deixar de apresentar quaisquer documentos exigidos ou apresentá-los em desacordo com as exigências deste edital, ressalvadas as restrições relativas à regularidade fiscal e trabalhista das microempresas e empresas de pequeno porte, nos termos da Lei Complementar nº. 123/06 e suas Alterações.

X – DA SESSÃO DO PREGÃO

10.1 – A sessão de recebimento e abertura dos envelopes contendo as propostas de preços e os documentos para habilitação será realizada no local, data e horário indicados no preâmbulo deste edital, sendo recomendável a presença dos participantes com 10 (dez) minutos de antecedência em relação ao horário previsto para a sua abertura, especialmente quando necessária a autenticação de documentos, e desenvolver-se-á da seguinte forma:

10.2 – Declarada aberta à sessão, serão convidados os representantes das empresas que se fizerem presentes para apresentarem junto à mesa os documentos necessários ao credenciamento e/ou representação, os quais poderão ser vistos e conferidos por todos os participantes e, necessariamente, rubricados.

10.3 – Em seguida serão anunciadas as empresas legalmente representadas, não se admitindo novos



PREFEITURA MUNICIPAL DE PEDRA DO INDAIÁ/MG



proponentes.

10.4 – Abertura dos envelopes contendo as propostas de preços e a escolha daquela que apresentar o **menor preço unitário**, sendo classificadas aquelas cujas variações situar-se no limite de até 10% (dez por cento) acima do menor preço. Em não havendo pelo menos 3 (três) propostas naquelas condições, escolha de tantas quantas forem necessárias, na ordem crescente do preço ofertado, para alcançar o número mínimo de 3 (três) participantes, exceto se igual ou maior número de licitantes não estiver participando do certame.

10.5 – Análise de todas as propostas quanto à sua conformidade com as exigências do edital, procedendo-se a desclassificação daquelas desconformes e a sua substituição por outra, de forma a definir aquelas que se encontrarem aptas para a fase de lances verbais.

10.6 – Início da fase dos lances verbais, os quais serão formulados pelos proponentes de forma sucessiva, em valores numéricos distintos e decrescentes, a partir do autor da proposta de maior preço, observando o seguinte:

10.6.1 – As rodadas de lances verbais serão repetidas quantas vezes forem necessárias, tendo como máximo o período de 10 (dez) minutos para a conclusão dos lances verbais de cada item. A critério do pregoeiro, o referido período poderá ser prorrogado.

10.6.2 – A cada nova rodada será efetivada a classificação momentânea das propostas, de forma a definir a sequência dos lances ulteriores.

10.6.3 – O lance inicial ofertado deverá sempre cobrir o valor da proposta de menor preço; e a partir de então o lance de menor valor da rodada em andamento ou precedente, conforme o caso.

10.6.4 – A desistência em apresentar lance verbal, quando para esse fim convocado, implicará na exclusão do licitante quanto à fase de lances verbais, mantendo-se, todavia, o último preço por ele apresentado para efeito da classificação final das propostas.

10.7 – Havendo empate, nos termos do § 2º do art. 44 da Lei Complementar nº123/06 e suas alterações, a microempresa ou empresa de pequeno porte mais bem classificada será convocada para apresentar nova proposta no prazo máximo de 05 minutos após o encerramento dos lances, sob pena de preclusão, conforme § 3º do art. 45 da Lei Complementar nº123/06 e suas alterações.

10.7.1– Entende-se por empate aquelas situações em que as propostas apresentadas pelas microempresas ou empresas de pequeno porte sejam iguais ou até 5% (cinco por cento) superiores à proposta mais bem classificada, nos termos do § 2º do art. 44 da Lei Complementar nº123/06 e suas alterações.

10.8 - Para efeito do exercício do direito de preferência das microempresas ou empresas de pequeno porte previsto no art. 44 da Lei Complementar nº123/06 e suas alterações, proceder-se-á na forma do art. 45 do dispositivo legal mencionado.

10.9 – Examinada a proposta classificada em primeiro lugar, quanto ao objeto e valor, caberá ao pregoeiro



PREFEITURA MUNICIPAL DE PEDRA DO INDAIÁ/MG



decidir motivadamente a respeito da sua aceitabilidade.

10.10 – Encerrada a etapa competitiva e ordenadas às ofertas, o pregoeiro procederá à abertura do envelope contendo os documentos de habilitação do licitante que apresentou a melhor proposta, para verificação do atendimento das condições fixadas no edital.

a) A etapa de lances será considerada encerrada quando todos os participantes declinarem da formulação de lances.

10.11 – Verificado o atendimento das exigências fixadas no edital, o licitante será declarado vencedor.

a) Observar-se-á o disposto nos §§ 1º e 2º do art. 43 da Lei Complementar nº123/06 e suas alterações, no caso de declaração de vencedor da licitação enquadrado como microempresa e empresa de pequeno porte.

10.12 – Se a oferta não for aceitável ou se o licitante desatender às exigências habilitatórias, o pregoeiro examinará as ofertas subsequentes e a qualificação das licitantes, na ordem de classificação, e assim sucessivamente, até a apuração de uma que atenda ao edital, sendo o respectivo licitante declarado o vencedor.

10.13 – Em situações já previstas, o pregoeiro poderá negociar diretamente com o licitante para que seja obtido o melhor preço.

10.14 – Se todas as propostas forem desclassificadas, o pregoeiro poderá fixar o prazo de 08 (oito) dias úteis para apresentação de outras propostas escoimadas das causas em decorrência das quais foram desclassificadas.

10.15 – A desistência dos lances ofertados sujeita o seu proponente às penalidades cabíveis.

10.16 – Encerrada a etapa de oferta de lances, as propostas serão ordenadas exclusivamente pelo critério de menor preço, sendo objeto de exame e decisão motivada quanto à aceitabilidade do valor apresentado por aquela classificada em primeiro lugar.

10.17 – Sendo aceitável a oferta da proposta classificada em primeiro lugar, em relação ao seu proponente será verificado o atendimento das condições habilitatórias, mediante abertura do respectivo envelope de documentação.

10.18 – Constatado o atendimento pleno às exigências editalícias, o proponente será declarado vencedor, sendo-lhe adjudicado o respectivo item do Pregão.

10.19 – Se a oferta não for aceitável ou se o proponente não atender às exigências habilitatórias, serão examinadas as ofertas subsequentes, inclusive quanto à sua aceitabilidade, por ordem de classificação, até a apuração de uma que atenda a todas as exigências editalícias, sendo o respectivo proponente declarado vencedor e a ele adjudicado o correspondente objeto.

10.20 – Caso ocorram às hipóteses dos subitens 17 e 18 do item X, ou de não haver oferta de lances verbais, ou mesmo quando houver ofertas de lances verbais, após a decisão do pregoeiro, em qualquer dos casos,



quanto à aceitabilidade da proposta ainda será lícito ao pregoeiro negociar diretamente com o proponente para a obtenção de preço melhor do que aquele ofertado.

10.21 – Da reunião lavrar-se-á ata circunstanciada, ao final assinada pelo pregoeiro e licitantes presentes, facultada a assinatura dos membros da equipe de apoio e ouvintes, na qual serão registrados todos os fatos relevantes da sessão.

10.22 – A adjudicação do objeto obedecerá à estrita ordem de classificação e será praticada pelo pregoeiro na própria ata de reunião.

XI – IMPUGNAÇÃO DO ATO CONVOCATÓRIO

11.1 - Até 2 (dois) dias úteis antes da data fixada para recebimento das propostas, qualquer pessoa poderá solicitar esclarecimentos, providências ou impugnar o ato convocatório do pregão.

11.2 - Caberá ao pregoeiro decidir sobre a petição impugnatória no prazo de 24 (vinte e quatro) horas.

11.3 - Acolhida a petição contra o ato convocatório, será designada nova data para realização do certame.

XII – DOS RECURSOS

12.1 - Declarada a vencedora, as demais proponentes presentes poderão manifestar imediata e motivadamente a intenção de recorrer, sendo concedido o prazo de 3 (três) dias para apresentação das razões e de igual prazo para as contrarrazões, contados a partir do término do prazo da recorrente, independentemente de qualquer comunicado, sendo-lhes assegurada vista dos autos.

12.2 - A falta de manifestação imediata e motivada da licitante importará em decadência do direito de recurso e adjudicação do objeto pelo pregoeiro à vencedora.

12.3 - Após apresentação das contrarrazões ou do decurso do prazo estabelecido para tanto, O PREGOEIRO examinará o recurso, podendo reformar sua decisão ou encaminhá-lo devidamente informado, à autoridade competente para decisão.

12.4 – Qualquer recurso de impugnação contra a decisão do pregoeiro terá efeito suspensivo.

12.5 - Os recursos deverão observar os seguintes requisitos:

- a) serem digitados e devidamente fundamentados.
- b) serem assinados por representante legal da licitante.
- c) não serão aceitos recursos enviados via fax.

XIII – DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA

13.1 - Os recursos necessários ao atendimento das despesas correrão à conta das dotações orçamentárias:

02.11.01.15.451.0070.2077.3.3.90.00 ficha 458 fonte 1.00



PREFEITURA MUNICIPAL DE PEDRA DO INDAIÁ/MG



02.11.01.17.512.0151.2081.3.3.90.39.00 ficha 474 fonte 1.00

02.11.01.26.782.0132.2087.3.3.90.39.00 ficha 493 fonte 1.00

02.11.01.04.122.0069.2075.3.3.90.39.00 ficha 440 fonte 1.00

XIV - OBRIGAÇÕES DA CONTRATADA

14.1 - Obriga-se a contratada a prestar os serviços constantes no Anexo I desta licitação dentro dos respectivos prazos de validade da Ata de Registro de Preços e observado os prazos e condições estabelecidos, devendo promover imediatamente a troca dos equipamentos que porventura apresentarem qualquer defeito que não atendam as condições gerais constantes deste Edital, da descrição do objeto **(ANEXO I)** e da Ata de Registro de Preço **(ANEXO VII)**.

14.2 - Arcar com os tributos Federais, Estaduais e Municipais e demais encargos sociais que incidirem sobre a prestação.

14.3 - Cumprir todas as normas, posturas e regulamentos: Municipal, Estadual e Federal e outros que porventura venham a incidir na prestação dos serviços, objeto licitado.

XV – CONDIÇÕES CONTRATUAIS

15.1 - Se houver contrato a ser firmado em decorrência desta licitação poderá ser rescindido a qualquer tempo independente de notificações ou interpelações judiciais ou extrajudiciais, com base nos motivos previstos nos art. 77 e 78, na forma do art. 79 da lei 8.666/93, sem prejuízo das sanções estabelecidas neste instrumento.

XVI – FISCALIZAÇÃO

16.1 – O Município de Pedra do Indaiá - MG, através de representante, exercerá a fiscalização do contrato, e registrará todas as ocorrências e as deficiências verificadas em relatório, cuja cópia será encaminhada à licitante vencedora, objetivando a imediata correção das irregularidades apontadas.

16.2 – As exigências e atuação da fiscalização pelo Município de Pedra do Indaiá - MG, em nada restringe a responsabilidade única, integral e exclusiva da licitante vencedora, no que concerne à execução do objeto do contrato.

XVII - CRITÉRIO DE REAJUSTE

17.1 - Os preços registrados são irajustáveis pelo período de vigência da Ata de Registro de Preços, desde que se comprove que não houve variação de preços. Os preços registrados serão trimestralmente confrontados com os praticados no mercado, para verificação de possível variação que possa ser alcançada pela imprevisão, causando positiva ou negativa anormal, podendo a Administração valer-se e outros meios



para as aquisições, observado o disposto no artigo 15 § 4º, da Lei 8.666/93, e suas alterações, com a garantia do direito de preferência do Detentor da Ata.

XVIII – DA PRESTAÇÃO DOS SERVIÇOS

18.1 – A prestação dos serviços nas quantidades contratadas proceder-se-á da seguinte forma, de acordo com a necessidade e conveniências do Contratante.

a) os serviços deverão ser prestados parceladamente durante o período de vigência da ata de registro de preço, **independentemente da quantidade solicitada**, conforme solicitação da Secretaria Municipal de Obras através da Nota de Autorização de Fornecimento-NAF, a qual a contratada deverá realizar o início dentro do prazo máximo de 02 (dois) dias do recebimento da autorização.

b) a(s) Nota(s) Autorização(ões) de Fornecimento será(ão) expedida(s) por quaisquer meios de comunicação que possibilitem a comprovação do respectivo recebimento por parte da Contratada, inclusive fac-símile e correio eletrônico.

c) correrão por conta da contratada todas as despesas decorrentes da prestação, tais como: seguros, transporte, tributos, encargos trabalhistas, previdenciários, mão de obra, combustíveis, manutenção, etc.

d) Por ocasião da prestação, a Contratada deverá colher assinatura e número do Registro Geral(RG) do servidor do contratante, responsável pela fiscalização, planilha de horas trabalhadas e apresentar juntamente com a nota fiscal.

18.2 – Constatadas irregularidades no objeto contratual, o Contratante poderá:

a) se disser respeito à especificação, rejeitá-lo no todo ou em parte, determinando sua substituição ou rescindindo a contratação, sem prejuízo das penalidades cabíveis;

a.1) na hipótese de substituição, a Contratada deverá fazê-la em conformidade com a indicação da Administração, e, em virtude dos bens objeto do presente, deverá ser efetuada de imediato, mantido o preço inicialmente contratado;

b) se disser respeito à diferença de quantidade ou de partes, determinar sua complementação ou rescindir a contratação, sem prejuízo das penalidades cabíveis;

b.1) na hipótese de complementação, a Contratada deverá fazê-la em conformidade com a indicação do Contratante, e, em virtude dos bens objeto do presente, deverá ser efetuada de imediato, mantido o preço inicialmente contratado.

XIX – PAGAMENTO

19.1 - O pagamento decorrente da prestação de serviço, objeto desta licitação será efetuado pelo Departamento de Finanças do Município de Pedra do Indaiá, em até 30 (trinta) dias após a apresentação da



PREFEITURA MUNICIPAL DE PEDRA DO INDAIÁ/MG



nota fiscal acompanhada da planilha de horas, com o devido aceite da Secretaria Municipal de Obras.

19.2 – O Município identificando qualquer divergência na nota fiscal deverá devolvê-la à adjudicatária para que sejam feitas as correções necessárias. Sendo que o prazo estipulado acima será contado somente a partir da reapresentação do documento, desde que devidamente sanado o vício.

19.3 - O pagamento devido pelo Município de Pedra do Indaia será efetuado por meio de depósito em conta bancária a ser informada pela adjudicatária ou, eventualmente, por outra forma que vier a ser convencionada entre partes.

19.4 - O pagamento não será efetuado, enquanto pendente de liquidação qualquer obrigação financeira decorrente de penalidade ou inadimplência. Sem que isso gere direito à alteração de preços. Correção monetária. Compensação financeira.

19.5 - Uma vez paga a importância discriminada na nota fiscal, a adjudicatária dará ao Município de Pedra do Indaia, plena, geral e irrevogável quitação dos valores nela discriminados, para nada mais vir a reclamar ou exigir a qualquer título, tempo ou forma.

XX – SANÇÕES

20.1 – O descumprimento total ou parcial das obrigações assumidas pela licitante vencedora, sem justificativa aceita pelo Município de Pedra do Indaia, resguardados os procedimentos legais pertinentes, poderá acarretar nas seguintes sanções:

- a) Multa de mora no percentual correspondente a 0,5 % (meio por cento) calculada sobre o valor total estimado da ata de Registro de Preços, por dia de atraso na entrega dos objetos, até o limite de 20 (vinte) dias, caracterizando inexecução parcial;
- b) Suspensão temporária do direito de licitar e contratar com a Administração, conforme disposto no inciso III do art. 87 da Lei 8.666/93;
- c) Declaração de inidoneidade para licitar e contratar com a Administração Pública Municipal de Pedra do Indaia enquanto perdurarem os motivos determinantes da punição, ou até que seja promovida a reabilitação perante a autoridade que aplicou a penalidade;
- d) Advertência escrita.

20.2 - Caso venha desistir da ata de Registro de Preços, além de outras cominações legais, a multa será de 10 % (dez por cento) sobre o valor da mesma.

20.3 - As multas serão automaticamente descontadas dos créditos que a empresa tiver junto ao Município, devendo ser aplicadas por ato do Secretário Municipal de Administração, facultada a defesa da Contratada, no prazo de 05 (cinco) dias úteis da abertura da vista ao processo.

20.4 - Das decisões relacionadas com esta Cláusula caberão recursos conforme disposto no artigo 109 da Lei



PREFEITURA MUNICIPAL DE PEDRA DO INDAIÁ/MG



8.666/93.

20.5 - Os recursos deverão ser dirigidos à autoridade superior por intermédio da que praticou o ato recorrido.

20.6 - A aplicação das sanções previstas neste edital não exclui a possibilidade da aplicação de outras, previstas na lei 8.666/93, inclusive a responsabilização da licitante vencedora por eventuais perdas e danos causados à Administração.

20.7 - A multa deverá ser recolhida aos cofres públicos do Município de Pedra do Indaiá - MG, via Tesouraria Municipal, no prazo máximo de 10 (dez) dias corridos, a contar da data de recebimento da notificação enviada pela Prefeitura Municipal de Pedra do Indaiá.

20.8 - O valor da multa poderá ser descontado na nota fiscal ou crédito existente na Prefeitura Municipal de Pedra do Indaiá, em favor da licitante vencedora, sendo que, caso o valor da multa seja superior ao crédito existente, a diferença será cobrada na forma da lei.

20.9 - As sanções aqui previstas são independentes entre si podendo ser aplicadas isoladas ou cumulativamente, sem prejuízo de outras medidas cabíveis.

20.10 - Em qualquer hipótese e aplicações de sanções será assegurado à licitante vencedora o contraditório e a ampla defesa.

XXI - CONDIÇÕES DE RECEBIMENTO DO OBJETO:

21.1 – A prestação dos serviços correrá por conta e risco da contratada.

21.2 - O local e prazo de entrega fixados nesse edital e as disposições constantes no Contrato poderão ser alterados de acordo com as necessidades da Administração.

XXII - DISPOSIÇÕES FINAIS

22.1 – Constituem anexos deste Edital, dele fazendo parte integrante:

Anexo I - Termo de Referência

Anexo II - Declaração de enquadramento como microempresa ou empresa de pequeno porte.

Anexo III - Declaração de Habilitação e Fatos Impeditivos

Anexo IV – Modelo Proposta Comercial

Anexo V - Declaração expressa de que o Licitante não emprega trabalhador nas situações previstas no inciso 33 do artigo 7º da Constituição da República, assinada pelo Representante Legal do Licitante.

Anexo VI - Modelo de Procuração para Credenciamento

Anexo VII - Minuta da Ata de Registro de Preço

Anexo VIII – Minuta do Contrato



22.2 - Se o licitante vencedor, convocado dentro do prazo de validade de sua proposta, deixar de assinar o contrato ou o termo equivalente não tendo solicitado prorrogação de prazo com justificativa aceita pelo Pregoeiro, este examinará as propostas subsequentes e a habilitação dos licitantes segundo a ordem de classificação, até a apuração da proposta que atenda ao Edital, podendo ainda, negociar o preço.

22.3 - O Licitante é responsável pela fidelidade e legitimidade das informações prestadas e dos documentos apresentados em qualquer fase desta licitação. A falsidade de qualquer documento apresentado ou a inverdade das informações nele contidas implicará na imediata desclassificação ou inabilitação do licitante, ou a rescisão contratual, sem prejuízo das sanções administrativas, civis e penais cabíveis.

22.4 - Uma vez incluído no processo licitatório, nenhum documento será devolvido. Salvo original a ser substituído por cópia reprográfica autenticada.

22.5 - Na análise da documentação e no julgamento das Propostas comerciais, o Pregoeiro, poderá, a seu critério, solicitar o assessoramento técnico de órgão ou de profissionais especializados.

22.6 - Toda a documentação apresentada neste Edital e seus anexos são complementares entre si, de modo que qualquer detalhe que se mencione em um documento e se omita em outro será considerado especificado e válido.

22.7 - O Pregoeiro, no interesse da Administração, poderá adotar medidas saneadoras, durante o certame, e relevar omissões e erros formais. Observadas na documentação e proposta, desde que não contrariem a legislação vigente e não comprometam a lisura da licitação, sendo possível a promoção de diligências junto aos licitantes, destinadas a esclarecer a instrução do processo, conforme disposto no § 3º, do art. 43 da Lei Federal nº 8.666/93.

22.7.1 - Se houver solicitação de documentos, estes deverão ser apresentados em original ou em cópia autenticada por cartório, sendo possível, ainda, a autenticação dos mesmos pelo Pregoeiro ou Equipe de Apoio.

22.7.2 - O não cumprimento da diligência poderá ensejar a desclassificação da proposta ou a inabilitação do licitante.

22.8 - A participação do licitante nesta licitação implica no conhecimento integral dos Termos e condições inseridas neste edital, bem como das demais normas legais que disciplinam a matéria.

22.9 - A presente licitação não importa necessariamente, em contratação, podendo o Município revogá-la, no todo ou em parte, por razões de interesse público, derivadas de fato superveniente comprovado, ou anulá-la por ilegalidade, de ofício ou por provocação, mediante ato escrito e fundamentado, disponibilizado para conhecimento dos licitantes.

22.10 - Para atender a seus interesses, o Município poderá alterar quantitativos, sem que isto implique alteração dos preços unitários ofertados, obedecidos os limites estabelecidos no § 1º do art. 65, da lei federal



PREFEITURA MUNICIPAL DE
PEDRA DO INDAIÁ/MG



nº 8.666/93.

22.11 – O Município poderá prorrogar, por conveniência exclusiva, a qualquer tempo, os prazos para recebimento das propostas ou para sua abertura.

Fica eleito o foro da Comarca de Santo Antônio do Monte, Estado de Minas Gerais, para dirimir eventuais conflitos de interesses decorrentes desta licitação, valendo esta cláusula como renúncia expressa a qualquer outro foro, por mais privilegiado que seja ou venha a ser.

Pedra do Indaia – MG, 19 de março de 2021.

Riane Oliveira da Silva

Pregoeira



ANEXO I - TERMO DE REFERÊNCIA

PROCESSO Nº. **0012/2021**

EDITAL Nº. **005/2021**

MODALIDADE: **Pregão/Registro de Preço**

1 – INTRODUÇÃO

Este termo de referência foi elaborado em cumprimento ao disposto nos incisos I e II do artigo 8º e inciso II do artigo 21 do Decreto nº 3.555, de 08 de Agosto de 2000, e suas alterações.

II - OBJETO:

2.1- O presente Pregão tem por objeto o registro de preço para futura e eventual prestação de serviços com máquinas e equipamentos conforme especificações e demais condições contidas no Termo de Referência, edital e seus anexos.

2.2 - A quantidade licitada é mera estimativa para os próximos 12 (doze) meses, e será solicitada de acordo com as necessidades da Secretaria Municipal de Obras, sendo objeto de faturamento e pagamento os quantitativos efetivamente fornecidos.

2.3 - Após Autorização de Fornecimento, a empresa vencedora deverá iniciar o serviço no local e tempo indicado pela Secretaria Municipal de Obras, conforme abaixo, sem nenhum custo adicional. Caso a prestação não seja iniciada no prazo referido, a CONTRATADA estará sujeita às sanções previstas neste Edital e em Lei.

2.3.1- Os serviços deverão ser iniciados no prazo máximo de 02 (dois) dias e deverão ser executados nos locais informados pelo setor responsável se responsabilizando por todos os gastos referentes ao deslocamento dos veículos, máquinas e/ou equipamentos, custos diretos e indiretos necessários à sua perfeita execução, mão de obra(operador), motorista, equipamentos de segurança, combustível e manutenção do equipamento e/ou veículo, sinalização, tributos e outros;

2.4 – Ao iniciar a prestação, a Contratada deverá emitir uma OS com todo o histórico do serviço executado, constando hora de entrada, saída, etc e assinado por representante da Contratante;

2.5 - Por ocasião do faturamento, a Contratada deverá encaminhar juntamente com a nota fiscal, OS gerada para aceite e validação da mesma pelo Secretário Municipal de Obras.

2.6 - Os serviços serão de forma parcelada e deverão ser executados nos locais informados pelo setor responsável, sendo de total responsabilidade da Licitante Vencedora os custos diretos e indiretos necessários à perfeita execução dos serviços incluindo, mão de obra(operador), motorista, equipamentos de segurança, manutenção do equipamento e/ou veículo, sinalização, transporte, alimentação, hospedagem, tributos e outros,



sendo **consideradas horas trabalhadas aquelas efetivamente prestadas no local do serviço.**

2.7 - Respeitar rigorosamente a legislação concernente ao meio ambiente, de âmbito federal, estadual e municipal, vigente no período da execução por si, seus prepostos ou terceiros utilizados pela licitante na execução das obras.

2.8 - Zelar pela segurança, higiene e medicina do trabalho, relativamente ao pessoal que a licitante utilizar, direta ou indiretamente, na execução dos serviços, prestando assistência médica e hospitalar, bem como a de primeiros socorros a seus empregados em casos de acidente de trabalho.

2.9 - Fornecer a seus empregados, contratados, e fazer com que estes utilizem, todos os equipamentos de proteção individual (EPIs) necessários à segurança dos mesmos, de acordo com o exigido pelas normas relativas à Segurança, Higiene e Medicina do Trabalho, previstas na legislação em vigor.

2.10 - Na contratação dos serviços acima mencionados, incluem-se a execução dos serviços com a cedência dos equipamentos, combustível, manutenção e operador, além das despesas referentes à alimentação e hospedagem do operador.

2.11 - Em caso do equipamento ou caminhão apresentarem problemas, deverão ser imediatamente substituídas para que os serviços não sofram paralisação.

III – DA JUSTIFICATIVA

A contratação se faz necessária para suprir a demanda da falta de mão de obra, equipamentos e/ou caminhões, e ainda, em substituição aos que permanecem em manutenção, sendo que os mesmos serão utilizados nas melhorias das estradas vicinais, rurais e vias não pavimentadas no perímetro urbano, bem como nos serviços de pavimentação urbana, na limpeza e acero de margens de rodovias e áreas do município em atendimento à solicitação da Secretaria Municipal de Obras.

IV – DO VALOR DE REFERÊNCIA

O valor de referência dos serviços foi calculado com base nos preços praticados no mercado da região de Pedra do Indaiá e Municípios próximos, conforme pesquisa e média de preço que integram o processo licitatório, referente a este pregão. Os serviços que deverão ser adquiridos e respectivas quantidades foram estabelecidos de acordo com os pedidos internos elaborado pela Secretaria Municipal de Obras, que se encontram no processo.



PREFEITURA MUNICIPAL DE
PEDRA DO INDAIÁ/MG



V – QUANTIDADE ESTIMADA PARA 12 (DOZE) MESES

Item	Descrição	Unid	Quant.
01	Prestação de serviço com Caminhão Basculante Truque, em bom estado de conservação e manutenção.	Horas	600
02	Serviço com caminhão combinado limpa fossa a vácuo para limpeza de fossas sépticas e sumidouros com destino final do resíduo, ano não inferior a 2010, PBT mínimo 13000 kg, potência mínima 173 CV, com taque com capacidade mínima 8.000 litros, equipado com mangueira de 3" de no mínimo 15 metros e todos os acessórios, equipamentos de segurança e manutenção necessários ao bom funcionamento, inclusive combustível, motorista devidamente habilitado e ajudante treinado	Horas	500
03	Prestação de serviço com escavadeira hidráulica, peso operacional mínimo 21.000 kg e caçamba com capacidade mínima de 1.1 a 1.7m ³ .	Horas	600
04	Prestação de serviço com caminhão pipa, capacidade 8.000 litros, em bom estado de conservação e manutenção.	Horas	500
05	Serviço com cavalo mecânico em bom estado de conservação acoplado com carreta prancha com capacidade mínima 20 toneladas de carga, 02 eixos, para uso no transporte de máquinas e equipamentos, com motorista, combustível, manutenção etc.	km	3.000
06	Prestação de serviço com rolo compactador em bom estado de conservação, vibrador de solo pé de carneiro, peso mínimo operacional de 12.000 kg, potência mínima do motor de 150HP, em boas condições de funcionamento, incluindo todos os acessórios necessários ao bom funcionamento, operador, combustível, manutenção, etc	Horas	500
07	Prestação de serviços com retroescavadeira. E bom estado de conservação e manutenção.	Horas	600
08	Prestação de serviços de pá carregadeira. E bom estado de conservação e manutenção	Horas	600
09	Prestação de serviços com motoniveladora. E bom estado de conservação e manutenção.	Horas	600



VI - DAS SANÇÕES ADMINISTRATIVAS

Se a proponente vencedora se recusar, injustificadamente, a assinar o contrato ou outro instrumento equivalente, será convocado outro licitante, obedecida a ordem de classificação, e assim sucessivamente, até apuração de uma proposta que atenda ao edital, podendo o pregoeiro negociar diretamente para que seja obtido preço melhor.

Se o proponente vencedor se recusar, injustamente, a assinar o contrato ou outro instrumento equivalente, estará sujeito a aplicação das penalidades seguintes sem prejuízo da aplicação de outras penalidades cabíveis:

Advertência escrita;

Multa, no percentual de 0,5% (meio por cento) sobre o valor da Contratação, por dia de inadimplência; até o limite de 20 dias.

O proponente que, convocado dentro do prazo de validade de sua proposta, não celebrar o contrato ou outro instrumento equivalente, deixar de entregar ou apresentar documentação falsa exigida neste certame, ensejar o retardamento da execução de seu objeto, não mantiver a proposta, falhar ou fraudar na execução do contrato, comportar-se de modo inidôneo ou cometer fraude fiscal, garantindo o direito prévio de citação e da ampla defesa, poderá ser impedido de licitar e contratar com o Município de Pedra do Indaiá.

Pelo descumprimento das obrigações assumidas, a contratada ficará sujeita ao pagamento de multa correspondente a 10% (dez por cento) do valor do contrato, sem prejuízo das demais penalidades previstas ao artigo 87 e seguintes da lei Federal nº 8.666/93, com as modificações da Lei Federal nº 9.854/99.

O Município de Pedra do Indaiá reserva-se o direito de não receber os serviços prestados em desacordo com o previsto neste instrumento convocatório, podendo devolver a mercadoria, cancelar o contrato e aplicar o disposto no art. 24, inciso XI da Lei Federal 8.666/93:

As penalidades serão obrigatoriamente registradas no Sistema de Cadastramento de Fornecedores SICAF ou sistemas semelhantes

VII – CRITÉRIO DE JULGAMENTO

Será vencedora a licitante que apresentar o **Menor Preço Item**.

VIII - DO PAGAMENTO

8.1 - O pagamento decorrente da concretização do objeto desta licitação será efetuado pelo Departamento de Finanças do Município de Pedra do Indaiá, em até 30 (trinta) dias após a emissão da nota fiscal e comprovação da prestação do objeto licitado nas condições exigidas neste Edital.

8.2 – O Município identificando qualquer divergência na nota fiscal deverá devolvê-la à adjudicatária para que



PREFEITURA MUNICIPAL DE PEDRA DO INDAIÁ/MG



sejam feitas as correções necessárias. Sendo que o prazo estipulado acima será contado somente a partir da reapresentação do documento, desde que devidamente sanado o vício.

8.3 - O pagamento devido pelo Município de Pedra do Indaiá será efetuado por meio de depósito em conta bancária a ser informada pela adjudicatária ou, eventualmente, por outra forma que vier a ser convencionada entre partes.

8.4 - O pagamento não será efetuado, enquanto pendente de liquidação qualquer obrigação financeira decorrente de penalidade ou inadimplência. Sem que isso gere direito à alteração de preços. Correção monetária. Compensação financeira.

8.5 - Uma vez paga a importância discriminada na nota fiscal, a adjudicatária dará ao Município de Pedra do Indaiá, plena, geral e irrevogável quitação dos valores nela discriminados, para nada mais vir a reclamar ou exigir a qualquer título, tempo ou forma.

IX – DA PRESTAÇÃO

9.1 – A prestação dos serviços nas quantidades contratadas proceder-se-á da seguinte forma, de acordo com a necessidade e conveniências do Contratante.

a) os serviços deverão ser prestados parceladamente durante o período de vigência da ata de registro de preço, **independentemente da quantidade solicitada**, conforme solicitação da Secretaria Municipal de Obras através da Nota de Autorização de Fornecimento-NAF, a qual a contratada deverá realizar o início dentro do prazo máximo de 02 (dois) dias do recebimento da autorização.

b) a(s) Nota(s) Autorização(ões) de Fornecimento será(ão) expedida(s) por quaisquer meios de comunicação que possibilitem a comprovação do respectivo recebimento por parte da Contratada, inclusive fac-símile e correio eletrônico.

c) correrão por conta da contratada todas as despesas decorrentes da prestação, tais como: seguros, transporte, tributos, encargos trabalhistas, previdenciários, etc.

d) Por ocasião da prestação, a Contratada deverá colher assinatura e número do Registro Geral(RG) do servidor do contratante, responsável pela fiscalização, planilha de horas trabalhadas e apresentar juntamente com a nota fiscal.

9.2 – Constatadas irregularidades no objeto contratual, o Contratante poderá:

a) se disser respeito à especificação, rejeitá-lo no todo ou em parte, determinando sua substituição ou rescindindo a contratação, sem prejuízo das penalidades cabíveis;

a.1) na hipótese de substituição, a Contratada deverá fazê-la em conformidade com a indicação da Administração, e, em virtude dos bens objeto do presente, deverá ser efetuada de imediato, mantido o preço inicialmente contratado;



PREFEITURA MUNICIPAL DE
PEDRA DO INDAIÁ/MG



- b) se disser respeito à diferença de quantidade ou de partes, determinar sua complementação ou rescindir a contratação, sem prejuízo das penalidades cabíveis;
- b.1) na hipótese de complementação, a Contratada deverá fazê-la em conformidade com a indicação do Contratante, e, em virtude dos bens objeto do presente, deverá ser efetuada de imediato, mantido o preço inicialmente contratado.

Pedra do Indaia – MG, 19 de março de 2021.

Riane Oliveira da Silva
Pregoeira



PREFEITURA MUNICIPAL DE
PEDRA DO INDAIÁ/MG



ANEXO II

DECLARAÇÃO DE ENQUADRAMENTO NA LEI COMPLEMENTAR Nº. 123/2006

(Papel timbrado ou personalizado da empresa)

Município de Pedra do Indaia

A empresa _____, inscrita no CNPJ sob o nº _____, domiciliada na Rua _____, DECLARA, sob as penas da lei, para fins do disposto no artigo 3º da Lei Complementar nº 123 de 14/12/2006 e suas alterações, que:

- a) se enquadra como MICROEMPRESA – ME ou EMPRESA DE PEQUENO PORTE – EPP;
- b) a receita bruta anual da empresa não ultrapassa o disposto nos incisos I (ME) e II (EPP) do art. 3º da Lei Complementar nº 123 de 14/12/2006 e suas alterações;
- c) não tem nenhum dos impedimentos do § 4º do art. 3º da mesma lei, ciente da obrigatoriedade de declarar ocorrências posteriores.

Local e data

Assinatura: _____

Nome:

RG do declarante:

OBSERVAÇÃO:

ESTE ANEXO DEVERÁ SER APRESENTADO JUNTAMENTE COM A DOCUMENTAÇÃO NECESSÁRIA PARA O CREDENCIAMENTO, OU SEJA, FORA DOS ENVELOPES.



PREFEITURA MUNICIPAL DE
PEDRA DO INDAIÁ/MG



ANEXO III - DECLARAÇÃO DE HABILITAÇÃO E FATOS IMPEDITIVOS

(Papel timbrado ou personalizado da empresa)

A empresa _____, CNPJ nº _____, sediada á _____, declara, sob as penas da lei, que cumpre plenamente os requisitos para sua habilitação no processo licitatório nº. **0012/2021**, Edital nº. **005/2021**, modalidade **Pregão/Registro Preço**.

Declara ainda, sob as penas da lei, que a empresa _____ não está impedida de participar de licitações promovidas pelo Município de Pedrado Indaia/MG e nem foi declarada inidônea para licitar, inexistindo até a presente data fatos impeditivos para sua habilitação no processo licitatório nº. **012/2021**, Edital nº. **005/2021**, modalidade **Pregão/Registro Preço**, ciente da obrigatoriedade de declarar ocorrências posteriores.

Local e data,

Carimbo (ou nome legível) e assinatura e do Representante Legal

OBSERVAÇÃO:

ESTE ANEXO DEVERÁ SER APRESENTADO JUNTAMENTE COM A DOCUMENTAÇÃO NECESSÁRIA PARA O CREDENCIAMENTO, OU SEJA, FORA DOS ENVELOPES.



PREFEITURA MUNICIPAL DE
PEDRA DO INDAIÁ/MG



ANEXO IV - MODELO DE PROPOSTA COMERCIAL

(Papel timbrado ou personalizado da empresa)

PROCESSO Nº. 012/2021

EDITAL Nº. 005/2021

MODALIDADE: Pregão/Registro de Preço

DADOS DA PROPONENTE:

RAZÃO SOCIAL:

CNPJ:

INS. EST:

ENDEREÇO COMPLETO:

TEFONE/FAX

E-MAIL

DADOS DO REPRESENTANTE LEGAL:

NOME

PROFISSÃO

CPF

RG

CARGO NA EMPRESA

Item	Descrição	Unid.	Qtde	Marca	Valor	
					Unitário	Total

VALOR TOTAL: R\$ (Extenso)

VALIDADE DA PROPOSTA: não inferior a 60 (sessenta) dias

Declaro que os preços contidos na proposta incluem todos os custos e despesas, tais como e sem se limitar a: custos diretos e indiretos, tributos incidentes, taxa de administração, materiais, serviços, encargos sociais, trabalhistas, seguros, frete, embalagens e outros necessários ao cumprimento integral do objeto deste Edital e seus Anexos;

....., de de 2021.

Assinatura do representante legal

Deverá ser apresentada em 01 (uma) via sem emendas, rasuras ou entrelinhas, datilografada ou impressa, devidamente datada e assinada.



PREFEITURA MUNICIPAL DE
PEDRA DO INDAIÁ/MG



ANEXO V - DECLARAÇÃO DE QUE A EMPRESA NÃO EMPREGA MENOR

(Papel timbrado ou personalizado da empresa)

PROCESSO Nº. 0012/2021

EDITAL Nº. 005/2021

MODALIDADE: Pregão/Registro de Preço

....., inscrito no CNPJ nº....., por intermédio de seu representante legal o(a) Sr(a), portador(a) da Carteira de Identidade nº..... e do CPF nº....., DECLARA, para fins do disposto no inciso V do art. 27 da Lei nº 8.666, de 21 de junho de 1993, acrescido pela Lei nº 9.854, de 27 de outubro de 1999, que não emprega menor de dezoito anos em trabalho noturno, perigoso ou insalubre e não emprega menor de dezesseis anos.

Ressalva: emprega menor, a partir de quatorze anos, na condição de aprendiz ().

.....

(data)

.....

assinatura do representante legal

(Recomendação: em caso afirmativo, assinalar a ressalva acima)



PREFEITURA MUNICIPAL DE
PEDRA DO INDAIÁ/MG



ANEXO VI - MODELO DE PROCURAÇÃO PARA CREDENCIAMENTO

(Papel timbrado ou personalizado da empresa)

PROCESSO Nº. 0012/2021

EDITAL Nº. 005/2021

MODALIDADE: Pregão/Registro de Preço

Por este instrumento particular de Procuração, a (Razão Social da Empresa), com sede (endereço completo da matriz), inscrita no CNPJ/MF sob n.ºe Inscrição Estadual sob n.º, representada neste ato por seu(s) (qualificação(ões) do(s) outorgante(s) Sr(a)....., portador(a) da Cédula de Identidade RG n.º e CPF n.º....., nomeia(m) e constitui(em) seu bastante Procurador o(a) Sr(a)....., portador(a) da Cédula de Identidade RG n.º e CPF n.º....., a quem confere(imos) amplos poderes para representar a (Razão Social da Empresa) perante (indicação do órgão licitante), no que se referir ao PREGÃO N.º, com poderes para tomar qualquer decisão durante todas as fases do PREGÃO, inclusive apresentar DECLARAÇÃO DE QUE A PROPONENTE CUMPRE OS REQUISITOS DE HABILITAÇÃO, os envelopes PROPOSTA DE PREÇOS (A) e DOCUMENTOS DE HABILITAÇÃO (B) em nome da Outorgante, formular verbalmente lances ou ofertas na(s) etapa(s) de lances, desistir verbalmente de formular lances ou ofertas na(s) etapa(s) de lance(s), negociar a redução de preço, desistir expressamente da intenção de interpor recurso administrativo ao final da sessão, manifestar-se imediata e motivadamente sobre a intenção de interpor recurso administrativo ao final da sessão, assinar a ata da sessão, prestar todos os esclarecimentos solicitados pelo PREGOEIRO, enfim, praticar todos os demais atos pertinentes ao certame, em nome da Outorgante.

A presente Procuração é válida até o dia

Local e data.

Assinatura

(Autenticada em Cartório)



PREFEITURA MUNICIPAL DE
PEDRA DO INDAIÁ/MG



ANEXO VII - ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº _____

PROCESSO Nº: **0012/2021**

EDITAL Nº: **005/2021**

MODALIDADE: **Pregão**

Aos ___ dias do mês de ___ do ano de 2021, autorizado pelo Processo Licitatório nº. 0012/2021 na modalidade de Pregão/Registro de Preço nº. 005/2021, foi expedida a Ata de Registro de Preços de acordo com o disposto no artigo 15 da Lei Federal nº 8.666/93 e suas alterações e Decreto Municipal nº. 003 de 02 de Janeiro de 2009 que, conjuntamente com as condições adiante estipuladas, regem relacionamento obrigacional entre a Prefeitura Municipal de Pedra do Indaia e a Licitante Vencedora:

DETENTORA DA ATA DE REGISTRO DE PREÇO:

RAZÃO SOCIAL:

CNPJ:

INSCRIÇÃO ESTADUAL:

ENDEREÇO:

REPRESENTANTE LEGAL:

Doravante denominado simplesmente detentora da Ata.

CLÁUSULA PRIMEIRA – DO OBJETO:

O presente Pregão tem por objeto o registro de preço para futura e eventual prestação de serviços com máquinas e equipamentos conforme especificações e demais condições contidas no Termo de Referência, edital e seus anexos.

1.1- O presente Pregão tem por objeto o registro de preço para futura e eventual prestação de serviços com máquinas e equipamentos conforme especificações e demais condições contidas no Termo de Referência, edital e seus anexos.

1.2 - A quantidade licitada é mera estimativa para os próximos 12 (doze) meses, e será solicitada de acordo com as necessidades da Secretaria Municipal de Obras, sendo objeto de faturamento e pagamento os quantitativos efetivamente fornecidos.

1.3 - Após Autorização de Fornecimento, a empresa vencedora deverá iniciar o serviço no local e tempo indicado pela Secretaria Municipal de Obras, conforme abaixo, sem nenhum custo adicional. Caso a prestação não seja iniciada no prazo referido, a CONTRATADA estará sujeita às sanções previstas neste Edital e em Lei.



PREFEITURA MUNICIPAL DE PEDRA DO INDAIÁ/MG



1.3.1- Os serviços deverão ser iniciados no prazo máximo de 02 (dois) dias e deverão ser executados nos locais informados pelo setor responsável se responsabilizando por todos os gastos referentes ao deslocamento dos veículos, máquinas e/ou equipamentos, custos diretos e indiretos necessários à sua perfeita execução, mão de obra(operador), motorista, equipamentos de segurança, combustível e manutenção do equipamento e/ou veículo, sinalização, tributos e outros;

1.4 – Ao iniciar a prestação, a Contratada deverá emitir uma OS com todo o histórico do serviço executado, constando hora de entrada, saída, etc e assinado por representante da Contratante;

1.5 - Por ocasião do faturamento, a Contratada deverá encaminhar juntamente com a nota fiscal, OS gerada para aceite e validação da mesma pelo Secretário Municipal de Obras.

1.6 - Os serviços serão de forma parcelada e deverão ser executados nos locais informados pelo setor responsável, sendo de total responsabilidade da Licitante Vencedora os custos diretos e indiretos necessários à perfeita execução dos serviços incluindo, mão de obra(operador), motorista, equipamentos de segurança, manutenção do equipamento e/ou veículo, sinalização, transporte, alimentação, hospedagem, tributos e outros, sendo **consideradas horas trabalhadas aquelas efetivamente prestadas no local do serviço**.

1.7 - Respeitar rigorosamente a legislação concernente ao meio ambiente, de âmbito federal, estadual e municipal, vigente no período da execução por si, seus prepostos ou terceiros utilizados pela licitante na execução das obras.

1.8 - Zelar pela segurança, higiene e medicina do trabalho, relativamente ao pessoal que a licitante utilizar, direta ou indiretamente, na execução dos serviços, prestando assistência médica e hospitalar, bem como a de primeiros socorros a seus empregados em casos de acidente de trabalho.

1.9 - Fornecer a seus empregados, contratados, e fazer com que estes utilizem, todos os equipamentos de proteção individual (EPIs) necessários à segurança dos mesmos, de acordo com o exigido pelas normas relativas à Segurança, Higiene e Medicina do Trabalho, previstas na legislação em vigor.

1.10 - Na contratação dos serviços acima mencionados, incluem-se a execução dos serviços com a cedência dos equipamentos, combustível, manutenção e operador, além das despesas referentes à alimentação e hospedagem do operador.

1.11 - Em caso do equipamento ou caminhão apresentarem problemas, deverão ser imediatamente substituídas para que os serviços não sofram paralisação.

CLÁUSULA SEGUNDA – DO VALOR:

A presente Ata tem o valor total estimado de R\$ _____ conforme quadro abaixo:

ITEM	DESCRIÇÃO	UNID	QUANT.
------	-----------	------	--------



PREFEITURA MUNICIPAL DE PEDRA DO INDAIÁ/MG



--	--	--	--

CLÁUSULA TERCEIRA - VALIDADE DO REGISTRO DE PREÇOS:

A presente Ata de Registro de Preços terá validade de 12 (doze) meses, a contar da data da sua assinatura.

CLÁUSULA QUARTA – FORMA DE PAGAMENTO E DO REEQUILÍBRIO ECONÔMICO - FINANCEIRO

4.1. Os preços registrados são os que constam da cláusula segunda desta Ata e do MAPA SINTÉTICO DE APURAÇÃO DE VENCEDOR, anexo que passa fazer parte integrante da mesma.

4.2. O pagamento decorrente da concretização do objeto desta licitação será efetuado pelo Departamento de Finanças do Município de Pedra do Indaiá, em até 30(trinta) dias após a emissão da nota fiscal e comprovação da entrega do objeto licitado nas condições exigidas neste Edital.

4.3. Os valores das propostas não sofrerão qualquer reajuste, e somente poderão ser alterados com a condição de restabelecer o equilíbrio econômico-financeiro, mediante requerimento da Detentora da Ata e com comprovação documental, os quais serão analisados de acordo com o que estabelece o Art. 65, em seu inciso II, alínea d, da lei 8.666/93.

§1º A solicitação de revisão de preços deverá ser justificada e instruída com documentos hábeis, para análise pela Secretaria Municipal de Administração.

§2º A Secretaria Municipal de Administração, de posse da documentação e da justificativa apresentada, analisará o pedido, podendo deferir-lo ou negá-lo, ou ainda deferir em percentuais diferentes dos solicitados.

§3º Em qualquer caso, a revisão aprovada não pode ultrapassar o preço praticado no mercado e deverá manter a diferença percentual apurada entre o preço originalmente constante da proposta e o preço de mercado vigente à época do registro.

4. Os preços dos serviços incluem todos e quaisquer encargos fiscais, trabalhistas, previdenciário, seguros e mão de obra.

5. As sanções aqui previstas são independentes entre si podendo ser aplicadas isoladas ou cumulativamente, sem prejuízo de outras medidas cabíveis.

6. Em qualquer hipótese e aplicações de sanções será assegurado à licitante vencedora o contraditório e a ampla defesa.

CLÁUSULA QUINTA – DAS OBRIGAÇÕES:

5.1. DA DETENTORA DA ATA:

a) manter as condições de habilitação e as qualificações exigidas na contratação, responsabilizando-se pela prestação dos serviços nos termos da legislação vigente, não podendo, em nenhuma hipótese, ceder ou



PREFEITURA MUNICIPAL DE PEDRA DO INDAIÁ/MG



- subcontratar, total ou parcialmente o objeto deste contrato;
- b) prestar os serviços no seu estabelecimento, mediante requisição emitida pelo **CONTRATANTE**;
- c) responsabilizar-se pela qualidade dos serviços prestados e por todos os ônus a eles relativos;
- d) responsabilizar-se pelos danos causados ao **CONTRATANTE** ou a terceiros, decorrentes de sua culpa ou dolo na prestação dos serviços, não excluindo ou reduzindo essa responsabilidade a fiscalização por parte do **CONTRATANTE**;
- e) fornecer e manter atualizado o nome completo, telefone e e-mail do Gerente responsável pelo acompanhamento do contrato;
- f) emitir a(s) nota(s) fiscal(is) referente(s) aos serviços prestados.
- g) Obriga-se a detentora a prestar os serviços objeto desta licitação dentro dos respectivos prazos de validade da Ata de Registro de Preços e observando os prazos e condições estabelecidos,
- h) Arcar com os tributos Federais, Estaduais e Municipais que incidirem sobre a prestação.
- i) Cumprir todas as normas, posturas e regulamentos: Municipal, Estadual e Federal e outros que porventura venham a incidir na prestação dos serviços licitados.

5.2. DO CONTRATANTE

- a) Emitir e Encaminhar a(s) “ Nota(s) de Autorização(ões) de fornecimento(s)”, devidamente datada e assinada por funcionário autorizado desta Prefeitura.
- c) promover o recebimento e conferência dos produtos entregues pela **DETENTORA**, notificando-o para a solução de eventuais irregularidades;
- d) fiscalizar a execução do contrato;
- e) efetuar o pagamento pelos serviços do objeto contratual

CLÁUSULA SEXTA – DA RESCISÃO

6.1. A detentora da Ata reconhece o direito da Administração de rescindir unilateralmente o contrato, no caso de inexecução total ou parcial das obrigações pactuadas, com base no Art. 77, da Lei Federal nº 8.666/93.

6.2. Poderá ainda ser rescindido por mútuo consentimento, ou unilateralmente pelo **CONTRATANTE** a qualquer tempo, mediante notificação prévia de 30 (trinta) dias à **DETENTORA DA ATA**, por motivo de interesse público e demais hipóteses previstas nos incisos I a XII e XVII do Art. 78 da Lei Federal nº 8.666/93, ou ainda, judicialmente, nos termos da legislação pertinente.

6.3. Da rescisão procedida com base nesta cláusula não incidirá multa ou indenização de qualquer natureza.

CLÁUSULA SÉTIMA – DAS DOTAÇÕES ORÇAMENTÁRIAS

As despesas decorrentes dos pedidos dos serviços correrão por conta das dotações orçamentárias.



PREFEITURA MUNICIPAL DE PEDRA DO INDAIÁ/MG



02.11.01.15.451.0070.2077.3.3.90.00 ficha 458 fonte 1.00
02.11.01.17.512.0151.2081.3.3.90.39.00 ficha 474 fonte 1.00
02.11.01.26.782.0132.2087.3.3.90.39.00 ficha 493 fonte 1.00
02.11.01.04.122.0069.2075.3.3.90.39.00 ficha 440 fonte 1.00

CLÁUSULA OITAVA – DAS PENALIDADES:

- 8.1.** O atraso que exceder ao prazo fixado para a execução dos serviços, acarretará a multa de 0,5% (zero virgula, cinco por cento), por dia de atraso, limitado ao máximo de 10% (dez por cento), sobre o valor total que lhe foi adjudicado;
- 8.2.** Nos termos do Art. 7º da Lei nº 10.520 de 17-07-2002, o licitante sem prejuízo das demais cominações legais e contratuais, poderá ficar, pelo prazo de até cinco anos, impedido de licitar e contratar com a União, Distrito Federal ou Municípios, e descredenciado do Cadastro do Município, nos casos de fraude ou falha a execução do contrato.
- 8.3.** Na aplicação das penalidades prevista no Edital, o Município considerará, motivadamente, a gravidade da falta, seus efeitos, bem como os antecedentes do licitante ou contratado, podendo deixar de aplica-las, se admitidas as suas justificativas, nos termos do que dispõe o artigo 87 “caput”, da Lei nº 8.666/93.
- 8.4.** As penalidades serão registradas no cadastro do contratado, quando for o caso.
- 8.5.** Nenhum pagamento será efetuado enquanto pendente de liquidação qualquer obrigação financeira que for imposta ao licitante em virtude de penalidade ou inadimplência contratual.

CLÁUSULA NONA – DA PRESTAÇÃO DOS SERVIÇOS

- 9.1** – A prestação dos serviços nas quantidades contratadas proceder-se-á da seguinte forma, de acordo com a necessidade e conveniências do Contratante.
- a)** os serviços deverão ser prestados parceladamente durante o período de vigência da ata de registro de preço, **independentemente da quantidade solicitada**, conforme solicitação da Secretaria Municipal de Obras através da Nota de Autorização de Fornecimento-NAF, em dias de expediente da Prefeitura Municipal de Pedra do Indaiá.
- b)** a(s) Nota(s) Autorização(ões) de Fornecimento será(ão) expedida(s) por quaisquer meios de comunicação que possibilitem a comprovação do respectivo recebimento por parte da Contratada, inclusive fac-símile e correio eletrônico.
- c)** correrão por conta da contratada todas as despesas decorrentes da prestação, tais como: seguros, transporte, tributos, encargos trabalhistas, previdenciários, etc.
- d)** Por ocasião da prestação, a Contratada deverá colher assinatura e número do Registro Geral(RG) do



servidor do contratante, responsável pela fiscalização, planilha de horas trabalhadas e apresentar juntamente com a nota fiscal.

9.2 – Constatadas irregularidades no objeto contratual, o Contratante poderá:

a) se disser respeito à especificação, rejeitá-lo no todo ou em parte, determinando sua substituição ou rescindindo a contratação, sem prejuízo das penalidades cabíveis;

a.1) na hipótese de substituição, a Contratada deverá fazê-la em conformidade com a indicação da Administração, e, em virtude dos bens objeto do presente, deverá ser efetuada de imediato, mantido o preço inicialmente contratado;

b) se disser respeito à diferença de quantidade ou de partes, determinar sua complementação ou rescindir a contratação, sem prejuízo das penalidades cabíveis;

b.1) na hipótese de complementação, a Contratada deverá fazê-la em conformidade com a indicação do Contratante, e, em virtude dos bens objeto do presente, deverá ser efetuada de imediato, mantido o preço inicialmente contratado.

CLÁUSULA DÉCIMA – DA FISCALIZAÇÃO

É responsável pela execução e fiscalização deste instrumento o Secretário/ordenador de despesas, ou servidor de carreira indicado por este como gestor do contrato.

CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA – NORMAS FINAIS

11.1. A presente ata reger-se-á pelas seguintes normas legais: Lei Federal 8.666/93; Lei nº 10.520 de 17/07/2002; Decreto Municipal nº 003 de 02 de Janeiro de 2009.

11.2. A presente ata possui força obrigacional comparada a contrato, obrigando a Detentora a prestação dos serviços registrados e ao Contratante o direito de preferência.

11.3. Este instrumento de Registro de Preços não obriga a Administração a firmar as contratações com a fornecedora, ficando-lhe facultada a utilização de outros meios, assegurados, nesta hipótese, a preferência do beneficiário do registro em igualdade de condições, nos termos do Parág. 4º do artigo 15, da Lei Federal 8.666/93 e suas alterações.

11.4. O município publicará o resumo desta Ata de Registro de Preços no Diário Oficial do Município nos termos da Lei 8.666/93.

11.5. O descumprimento total ou parcial das obrigações assumidas pela licitante vencedora, sem justificativa aceita pelo Município, resguardados os procedimentos legais pertinentes, poderá acarretar em sanções estabelecidas pelo DECRETO MUNICIPAL Nº 003 DE 02 DE JANEIRO DE 2010.

11.6. O registro de preços poderá ser suspenso ou cancelado no interesse da Administração e nas hipóteses



PREFEITURA MUNICIPAL DE
PEDRA DO INDAÍÁ/MG



dos artigos 77 e 78, da Lei Federal nº 8.666/93, ou a pedido justificado do interessado, presente às razões orientadas pela teoria da imprevisão.

11.7. A detentora deverá manter, enquanto vigorar o registro de preços e em compatibilidade com as obrigações por ele assumidas, todas as condições de habilitação e qualificação exigidas.

11.8. Faz parte integral desta Ata de Registro de Preços, aplicando-lhe todos os seus dispositivos, o edital de Pregão nº 005/2021 (Registro de Preços) a NAF como os termos aditados e a proposta da detentora da Ata naquilo que não contrariar as presentes disposições.

11.9. Para constar que foi lavrada a presente Ata de Registro de Preços, que vai assinada pela Excelentíssimo Prefeito Municipal Mateus Marciano dos Santos, pela Pregoeira Riane Oliveira da Silva e o Sr. _____, qualificado preambularmente, representando a detentora e testemunhas.

CLÁUSULA DÉCIMA SEGUNDA – DO FORO

As partes elegem o Foro da Comarca de Santo Antônio do Monte, como renúncia a qualquer outro, por mais privilegiado que seja para dirimir as questões judiciais provenientes da presente Ata.

MATEUS MARCIANO DOS SANTOS

Município de Pedra do Indaiá

Prefeito Municipal

RIANE OLIVEIRA DA SILVA

Pregoeira

Detentor (a) da Ata

Testemunhas:

CPF:

CPF:



PREFEITURA MUNICIPAL DE
PEDRA DO INDAIÁ/MG



ANEXO VIII – MINUTA DE CONTRATO ___/___

CONTRATO DE PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS QUE ENTRE SI CELEBRAM MUNICÍPIO DE PEDRA DO INDAIÁ E _____, DE ACORDO COM PROCESSO LICITATÓRIO Nº. 0012/2021, MODALIDADE PREGÃO PRESENCIAL Nº. 005/2021.

MUNICÍPIO DE PEDRA DO INDAIÁ, com sede na Avenida Primeiro de Março, nº. 891, Centro em Pedra do Indaia - MG, inscrita no CNPJ sob o nº. 18.308.759/0001-00, neste ato representado pelo Exmo. Prefeito Sr. Mateus Marciano dos Santos, portador do CPF sob o nº. 087.921.536-40, doravante denominado **CONTRATANTE**, e _____, com sede à _____, inscrita no CNPJ sob o nº. _____, neste ato representada por seu _____, portador do CPF sob o nº....., denominada CONTRATADA no fim assinados, resolvem firmar o presente contrato em conformidade com a Lei 8.666/93, e Lei Complementar mediante as cláusulas e condições seguintes:

CLÁUSULA PRIMEIRA - OBJETO

O presente Pregão tem por objeto o registro de preço para futura e eventual prestação de serviços com máquinas e equipamentos conforme especificações e demais condições contidas no Termo de Referência, edital e seus anexos.

1.1- O presente Pregão tem por objeto o registro de preço para futura e eventual prestação de serviços com máquinas e equipamentos conforme especificações e demais condições contidas no Termo de Referência, edital e seus anexos.

1.2 - A quantidade licitada é mera estimativa para os próximos 12 (doze) meses, e será solicitada de acordo com as necessidades da Secretaria Municipal de Obras, sendo objeto de faturamento e pagamento os quantitativos efetivamente fornecidos.

1.3 - Após Autorização de Fornecimento, a empresa vencedora deverá iniciar o serviço no local e tempo indicado pela Secretaria Municipal de Obras, conforme abaixo, sem nenhum custo adicional. Caso a prestação não seja iniciada no prazo referido, a CONTRATADA estará sujeita às sanções previstas neste Edital e em Lei.

1.3.1- Os serviços deverão ser iniciados no prazo máximo de 02 (dois) dias e deverão ser executados nos locais informados pelo setor responsável se responsabilizando por todos os gastos referentes ao deslocamento dos veículos, máquinas e/ou equipamentos, custos diretos e indiretos necessários à sua perfeita execução, mão de obra(operador), motorista, equipamentos de segurança, combustível e manutenção do equipamento e/ou veículo, sinalização, tributos e outros;

1.4 – Ao iniciar a prestação, a Contratada deverá emitir uma OS com todo o histórico do serviço executado,



PREFEITURA MUNICIPAL DE PEDRA DO INDAIÁ/MG



constando hora de entrada, saída, etc e assinado por representante da Contratante;

1.5 - Por ocasião do faturamento, a Contratada deverá encaminhar juntamente com a nota fiscal, OS gerada para aceite e validação da mesma pelo Secretário Municipal de Obras.

1.6 - Os serviços serão de forma parcelada e deverão ser executados nos locais informados pelo setor responsável, sendo de total responsabilidade da Licitante Vencedora os custos diretos e indiretos necessários à perfeita execução dos serviços incluindo, mão de obra(operador), motorista, equipamentos de segurança, manutenção do equipamento e/ou veículo, sinalização, transporte, alimentação, hospedagem, tributos e outros, sendo **consideradas horas trabalhadas aquelas efetivamente prestadas no local do serviço**.

1.7 - Respeitar rigorosamente a legislação concernente ao meio ambiente, de âmbito federal, estadual e municipal, vigente no período da execução por si, seus prepostos ou terceiros utilizados pela licitante na execução das obras.

1.8 - Zelar pela segurança, higiene e medicina do trabalho, relativamente ao pessoal que a licitante utilizar, direta ou indiretamente, na execução dos serviços, prestando assistência médica e hospitalar, bem como a de primeiros socorros a seus empregados em casos de acidente de trabalho.

1.9 - Fornecer a seus empregados, contratados, e fazer com que estes utilizem, todos os equipamentos de proteção individual (EPIs) necessários à segurança dos mesmos, de acordo com o exigido pelas normas relativas à Segurança, Higiene e Medicina do Trabalho, previstas na legislação em vigor.

1.10 - Na contratação dos serviços acima mencionados, incluem-se a execução dos serviços com a cedência dos equipamentos, combustível, manutenção e operador, além das despesas referentes à alimentação e hospedagem do operador.

1.11 - Em caso do equipamento ou caminhão apresentarem problemas, deverão ser imediatamente substituídas para que os serviços não sofram paralisação.

CLÁUSULA SEGUNDA – DA PRESTAÇÃO DOS SERVIÇOS

2.1 – A prestação dos serviços nas quantidades contratadas proceder-se-á da seguinte forma, de acordo com a necessidade e conveniências do Contratante.

a) os serviços deverão ser prestados parceladamente durante o período de vigência da ata de registro de preço, **independentemente da quantidade solicitada**, conforme solicitação da Secretaria Municipal de Obras através da Nota de Autorização de Fornecimento-NAF.

b) a(s) Nota(s) Autorização(ões) de Fornecimento será(ão) expedida(s) por quaisquer meios de comunicação que possibilitem a comprovação do respectivo recebimento por parte da Contratada, inclusive fac-símile e correio eletrônico.

c) correrão por conta da contratada todas as despesas decorrentes da prestação, tais como: seguros,



PREFEITURA MUNICIPAL DE PEDRA DO INDAIÁ/MG



transporte, tributos, encargos trabalhistas, previdenciários, etc.

d) Por ocasião da prestação, a Contratada deverá colher assinatura e número do Registro Geral(RG) do servidor do contratante, responsável pela fiscalização, planilha de horas trabalhadas e apresentar juntamente com a nota fiscal.

2.2 – Constatadas irregularidades no objeto contratual, o Contratante poderá:

a) se disser respeito à especificação, rejeitá-lo no todo ou em parte, determinando sua substituição ou rescindindo a contratação, sem prejuízo das penalidades cabíveis;

a.1) na hipótese de substituição, a Contratada deverá fazê-la em conformidade com a indicação da Administração, e, em virtude dos bens objeto do presente, deverá ser efetuada de imediato, mantido o preço inicialmente contratado;

b) se disser respeito à diferença de quantidade ou de partes, determinar sua complementação ou rescindir a contratação, sem prejuízo das penalidades cabíveis;

b.1) na hipótese de complementação, a Contratada deverá fazê-la em conformidade com a indicação do Contratante, e, em virtude dos bens objeto do presente, deverá ser efetuada de imediato, mantido o preço inicialmente contratado.

CLÁUSULA TERCEIRA - DO PREÇO

Os valores a serem pagos constam a seguir:

ITEM	DESCRIÇÃO	UNID	QUANT.	MARCA	VALOR	
					UNIT.	TOTAL

CLÁUSULA QUARTA - DO PRAZO

Este contrato terá vigência de 12 meses a partir da data de sua assinatura, podendo extinguir-se antes, caso ocorra a entrega total do objeto, sem prejuízo do disposto na Cláusula Sétima, quando justificável a necessidade nos termos da lei.

CLÁUSULA QUINTA - DO PREÇO, CONDIÇÕES DE PAGAMENTO E REAJUSTAMENTO

5.1. Os preços registrados são os que constam da cláusula Terceira deste Contrato

5.1.1 O pagamento decorrente da concretização do objeto desta licitação será efetuado pelo Departamento de Finanças do Município de Pedra do Indaiá, até 30(trinta) dias após a emissão da nota fiscal e comprovação da entrega do objeto licitado nas condições exigidas neste Edital.

5.2. Os valores das propostas não sofrerão qualquer reajuste, e somente poderão ser alterados com a



PREFEITURA MUNICIPAL DE PEDRA DO INDAIÁ/MG



condição de restabelecer o equilíbrio econômico-financeiro, mediante requerimento da Detentora da Ata e com comprovação documental, os quais serão analisados de acordo com o que estabelece o Art. 65, em seu inciso II, alínea d, da lei 8.666/93.

§1º A solicitação de revisão de preços deverá ser justificada e instruída com documentos hábeis, para análise pela Secretaria Municipal de Administração.

§2º A Secretaria Municipal de Administração, de posse da documentação e da justificativa apresentada, analisará o pedido, podendo deferir-lo ou negá-lo, ou ainda deferir em percentuais diferentes dos solicitados.

§3º Em qualquer caso, a revisão aprovada não pode ultrapassar o preço praticado no mercado e deverá manter a diferença percentual apurada entre o preço originalmente constante da proposta e o preço de mercado vigente à época do registro.

5.3. Os preços dos produtos incluem todos e quaisquer encargos fiscais, trabalhistas, previdenciário, seguros e mão de obra.

5.4. As sanções aqui previstas são independentes entre si podendo ser aplicadas isoladas ou cumulativamente, sem prejuízo de outras medidas cabíveis.

5.5. Em qualquer hipótese e aplicações de sanções será assegurado à licitante vencedora o contraditório e a ampla defesa.

CLÁUSULA SEXTA – DAS OBRIGAÇÕES DAS PARTES

5.1. DA CONTRATADA:

a) manter as condições de habilitação e as qualificações exigidas na contratação, responsabilizando-se pela prestação dos serviços nos termos da legislação vigente, não podendo, em nenhuma hipótese, ceder ou subcontratar, total ou parcialmente o objeto deste contrato;

b) prestar os serviços mediante requisição emitida pelo **CONTRATANTE**;

c) fornecer os produtos com prazo de validade próprio para a utilização;

d) responsabilizar-se pela qualidade dos produtos e por todos os ônus a eles relativos;

e) responsabilizar-se pelos danos causados ao **CONTRATANTE** ou a terceiros, decorrentes de sua culpa ou dolo na prestação dos serviços, não excluindo ou reduzindo essa responsabilidade a fiscalização por parte do **CONTRATANTE**;

f) fornecer e manter atualizado o nome completo, telefone e e-mail do Gerente responsável pelo acompanhamento do contrato;

g) emitir a(s) nota(s) fiscal(is) referente(s) à prestação dos serviços efetuados

h) Obriga-se a contratada a entregar o objeto desta licitação dentro dos respectivos prazos de validade da Ata de Registro de Preços e observando os prazos e condições estabelecidos,



PREFEITURA MUNICIPAL DE PEDRA DO INDAIÁ/MG



- i) Arcar com os tributos Federais, Estaduais e Municipais que incidirem sobre os serviços prestados.
- j) Cumprir todas as normas, posturas e regulamentos: Municipal, Estadual e Federal e outros que porventura venham a incidir na prestação dos serviços.

5.2. DO CONTRATANTE:

- a) Emitir e Encaminhar a(s) “ Nota(s) de Autorização(ões) de fornecimento(s)”, devidamente datada e assinada por funcionário autorizado desta Prefeitura.
- c) promover o recebimento e conferência dos produtos entregues pelo **CONTRATADO**, notificando-o para a solução de eventuais irregularidades;
- d) fiscalizar a execução do contrato;
- e) efetuar o pagamento pela prestação dos serviços efetuados.

CLÁUSULA SÉTIMA - DAS ALTERAÇÕES

O presente contrato poderá ser alterado nos casos previstos no artigo 65 da Lei n.º 8.666/1993, desde que devidamente fundamentado e autorizado pela autoridade superior.

CLÁUSULA OITAVA - DO VALOR ESTIMADO

Para efeitos legais, estima-se o valor total deste Contrato em R\$ _____ (_____).

CLÁUSULA NOVA - DA DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA

As despesas decorrentes deste contrato correrão por conta das dotações orçamentárias:

- 02.11.01.15.451.0070.2077.3.3.90.00 ficha 458 fonte 1.00
- 02.11.01.17.512.0151.2081.3.3.90.39.00 ficha 474 fonte 1.00
- 02.11.01.26.782.0132.2087.3.3.90.39.00 ficha 493 fonte 1.00
- 02.11.01.04.122.0069.2075.3.3.90.39.00 ficha 440 fonte 1.00

CLÁUSULA DÉCIMA - DAS PENALIDADES

Pela inexecução total ou parcial do contrato ou por fraudar a execução deste, a Administração poderá, garantida a prévia defesa, aplicar ao **CONTRATADO** as seguintes sanções:

I - advertência escrita - comunicação formal quanto à conduta do **CONTRATADO** sobre o descumprimento do contrato e outras obrigações assumidas, e a determinação da adoção das necessárias medidas de correção;

II – multa, observados os seguintes limites máximos:

- a) 0,3% (três décimos por cento) por dia, até o trigésimo dia de atraso, sobre o valor do serviço não realizado;



PREFEITURA MUNICIPAL DE PEDRA DO INDAIÁ/MG



b) 2% (dois por cento) sobre o valor total do contrato, em caso de descumprimento das demais obrigações contratuais ou norma da legislação pertinente;

c) 20% (vinte por cento) sobre o valor da prestação não realizada, no caso de atraso superior a 30 (trinta) dias, ou a prestação inadequada, ou, ainda, fora das especificações contratadas;

III - suspensão temporária de participação em licitação e impedimento de contratar com a Administração Pública Municipal, por prazo não superior a 02 (dois) anos nos termos do inciso III, do artigo 87 da Lei nº. 8.666/93.

IV - declaração de inidoneidade para licitar ou contratar com a Administração Pública, enquanto perdurarem os motivos determinantes da punição ou até que seja promovida a reabilitação do fornecedor perante a própria autoridade que aplicou a penalidade, que será concedida sempre que o CONTRATADO ressarcir a Administração Pública Estadual pelos prejuízos resultantes de sua ação ou omissão, nos termos do artigo 38, IV, do Decreto nº. 45.902, de 27 de janeiro de 2012.

PARÁGRAFO ÚNICO

I - As penalidades de advertência e multa serão aplicadas de ofício ou por provocação dos órgãos de controle, pela autoridade signatária deste contrato.

II - As sanções previstas nos incisos I, III e IV poderão ser aplicadas cumulativamente à prevista no inciso II, assegurado o direito de defesa prévia do **CONTRATADO** no prazo de 5 (cinco) dias úteis.

III - O valor da multa prevista no inciso II desta Cláusula será retido dos pagamentos devidos pela Administração Pública Municipal ou cobrado judicialmente, nos termos do § 3º do art.38 do Decreto 45.902/2012.

IV - As penalidades contidas nesta Cláusula não impedem a rescisão unilateral do Contrato.

V - Nenhuma parte será responsável perante a outra pelos atrasos ocasionados por motivo de força maior ou caso fortuito.

VI - Poderão ser suspensas as penalidades, no todo ou em parte, quando o motivo que as ensejar for devidamente justificado pela **CONTRATADA** e desde que aceito pelo **CONTRATANTE**, que fixará novo prazo, este improrrogável, visando cumprir as obrigações contratuais.

CLAÚSULA DÉCIMA PRIMEIRA – DA RESCISÃO

De acordo com o art. 79 da Lei nº. 8.666/93, a rescisão do Contrato poderá ser:

I - por ato unilateral e escrito da Administração nos casos enumerados nos incisos I a XII e XVII do artigo 78 da citada Lei;

II - amigável, por acordo entre as partes, reduzido a termo no processo respectivo, desde que haja conveniência para a Administração;



PREFEITURA MUNICIPAL DE
PEDRA DO INDAIÁ/MG



III - judicial, nos termos da legislação.

PARÁGRAFO ÚNICO

No caso da rescisão unilateral, o **CONTRATANTE** não indenizará o **CONTRATADO**, salvo pela prestação dos serviços efetuados.

CLÁUSULA DÉCIMA SEGUNDA - DA FISCALIZAÇÃO

Compete as Secretárias solicitantes fiscalizar e acompanhar a execução contratual, bem como fazer cumprir as cláusulas e condições descritas neste Contrato.

CLÁUSULA DÉCIMA TERCEIRA - DA PUBLICAÇÃO

O **CONTRATANTE** providenciará a publicação do extrato do contrato na Imprensa Oficial do Município, em obediência ao disposto no parágrafo único do art. 61 da Lei Federal n.º 8.666/1993.

CLÁUSULA DÉCIMA QUARTA - DO FORO

As partes elegem o foro da Comarca de Santo Antônio do Monte/MG para dirimir quaisquer dúvidas ou litígios decorrentes deste Contrato.

E por estarem ajustadas, firmam este instrumento em 02 (duas) vias, de igual teor, juntamente com as testemunhas que também o assinam.

Pedra do Indaia - MG, de de 2021.

MUNICÍPIO DE PEDRA DO INDAIÁ

Mateus Marciano dos Santos

Contratante

Contratada

TESTEMUNHAS:

1) _____

2) _____